



POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: ESTUDO COMPARATIVO DOS GOVERNOS LULA E DILMA

PUBLIC POLICY EDUCATIONAL FOR DISTANCE EDUCATION : COMPARATIVE STUDY OF THE
GOVERNMENTS LULA AND DILMA

- **Karina Fernanda da Silva** (CEFET-MG – kafe26@gmail.com)
- **José Geraldo Pedrosa** (CEFET-MG – jgpedrosa@uol.com.br)
- **Iomara Albuquerque Giffoni Albuquerque Giffoni** (CEFET-MG – turismara@yahoo.com.br)

Resumo:

Nesse artigo foram pesquisados os programas e projetos que integraram as políticas públicas educacionais durante os mandatos do Governo Lula e o 1º Mandato do Governo Dilma. Dentro desse levantamento foi destacado àqueles que oferecem suporte e realizam a Educação à Distância. O objetivo geral era verificar a permanência nos investimentos em políticas assistencialistas e em programas que visam à manutenção dos resultados obtidos desde 2003. O percurso metodológico foi feita em 2 etapas. Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa documental e quantitativa. Na segunda etapa, foi feita uma comparação do resultado obtido na 1ª etapa com o estudo realizado por Aguiar, Costa e Grossi (2013), intitulado “Como a Educação a Distância se fez presente nas políticas públicas educacionais brasileiras no Governo Lula”. O objetivo foi analisar se houve avanço, retração ou estagnação nas políticas públicas voltadas ao EaD para verificar como o Governo enxerga a EaD. Nesse sentido, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), estabelecido pela Lei 12.513/2012, foi uma das grandes frentes de investimento do governo Dilma Rouseff. Associado a ele, tem-se à ampliação do acesso à Internet e a proposta de democratização do ensino do Plano Nacional de Educação, iniciado em 2001. Além disso, o governo federal por meio do Ministério da Educação (MEC) criou em 2005 o Sistema Universidade Aberta – UAB objetivando a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos elaborou a política pública educacional marcada pelo Programa de Formação em Administração Pública (PNAP). Assim, como era esperado, verificou-se que no 1º Mandato do Governo Dilma houve uma continuidade nas políticas públicas educacionais que, por sua vez, são marcadas pela visão expansionista de democratização do acesso ao ensino.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação a Distância; Governo Dilma, Governo Lula.

Abstract:

In this article the programs and projects that have been researched integrated educational policies during the mandates of the Lula government and the 1st Mandate Government Dilma. Within this survey was highlighted those that support and realize the Distance Education. The overall objective was to assess the continuing investments in welfare policies and programs aimed at maintenance of the results since 2003. The methodological approach was made in two steps. In the first stage, a document and





quantitative research was carried out. In the second stage, it was made a comparison of results obtained in the 1st step with the study by Aguiar, Costa and Grossi (2013), entitled "How the Distance Education was present in Brazilian educational policies in the Lula government." The aim was to analyze whether there was an increase, decrease or stagnation in public policies aimed at distance education to see how the Government sees distance education. In this sense, the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC), established by Law 12,513 / 2012, was one of the major government investment fronts Dilma Rousseff. Associated with it, has been the expansion of Internet access and the proposed democratization of education of the National Education Plan, initiated in 2001. In addition, the federal government through the Ministry of Education (MEC) in 2005 created the System Open University - UAB aiming democratization, expansion and internalization of the provision of public higher education, and training of public managers developed the educational public policy marked by the training Program in public Administration (PNAP). So, as expected, it was found that the 1st Dilma Government's mandate was continuity in educational policies that, in turn, are marked by expansionist vision of democratizing access to education.

Keywords: Public policy; Distance Education; Dilma, Lula government.

1. Considerações iniciais

A Educação à Distância (EaD), entendida como sendo um processo de ensino/aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente (Moran, 2002), não é uma novidade, remonta os cursos por correspondência, rádio e televisão. Como se pode observar, ela está intrinsecamente ligada aos meios de comunicação, usufruindo dos seus avanços. E assim sendo, consequentemente, será influenciada pelo surgimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

A utilização das TIC na educação iniciou na metade da década de 50, concomitante a comercialização dos primeiros computadores. O Brasil teve suas primeiras experiências nessa área no início dos anos 70 com o emprego das TICs na educação; à realização de pesquisas em informática educacional e à formação de professores para uso educacional das mesmas nas escolas públicas.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (2014-2024), elaborado pelo Ministério da Educação, os cursos ministrados na Educação à Distância vêm crescendo paulatinamente no Brasil desde a sua introdução. Assim tem-se:

Ao considerar as diferentes modalidades de ensino, observa-se o expressivo crescimento da educação a distância (EaD) em todas as redes de ensino, mas concentrado majoritariamente no segmento privado. A EaD respondia por apenas 1,4% do total de matrículas na educação superior em 2004 e passou a representar 15,8% em 2013. No segmento público, a EaD aumentou mais de seis vezes (de 24 mil para 154 mil matrículas), entretanto no segmento privado o crescimento foi de quase 30 vezes (de 35 mil para 999 mil matrículas). Plano Nacional de Educação 2014-2024, 2015, p.222.

Tendo em vista o panorama apresentado, foi identificado que o maior crescimento da EaD em instituições particulares, 30 vezes maior, seja substancialmente devido ao fato da mesma se apresentar como uma opção mais lucrativa. Ao dispensar os alunos do deslocamento diário até a instituição, ela pode aumentar seu raio de ação, buscando alunos





mais distantes da sua sede, aumentando o número de alunos sem que isso signifique aumento do espaço físico. Além disso, a instituição privada ao optar por essa modalidade pode se abster de muitas despesas operacionais e gerar a ocupação das suas dependências nos fins de semana, momento em que, normalmente estaria ociosa.

Mas, e nas instituições de ensino públicas? Qual o motivo da discrepância entre os cursos privados e públicos de 14 vezes a mais no número de matrículas? Quais as políticas públicas educacionais e o quê elas podem favorecer ou não tais números?

Para responder tais perguntas foi desenvolvida essa pesquisa. O percurso metodológico foi feita em 2 etapas.

Na primeira etapa, foi realizada uma pesquisa documental e quantitativa. Assim, levantou-se os principais projetos que integram as políticas públicas educacionais durante o primeiro mandato do governo Dilma. Para isso, foi usado como fonte primária os dados e informações publicadas no Portal do Ministério da Educação.

Na segunda etapa, foi feito uma comparação do resultado obtido na 1ª etapa com o estudo realizado por Aguiar, Costa e Grossi (2013), intitulado “Como a Educação a Distância se fez presente nas políticas públicas educacionais brasileiras no Governo Lula”. O objetivo foi analisar se houve avanço, retração ou estagnação nas políticas públicas voltadas ao EaD para verificar como o Governo enxerga a EaD.

Cabe esclarecer que o recorte temporal da presente pesquisa foi o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, 2011-2014, representante do Partido Trabalhista (PT). Esse partido alça ao poder no Brasil no ano de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente. Sendo reeleito por mais um mandato, o governo Lula, como é conhecido, teve oito anos de duração finalizando seu mandato em 2010. É importante tal contextualização porque ela irá ajudar na compreensão do estado da arte da Educação a Distância no momento pesquisado.

2. Referencial teórico

Segundo o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB), a Educação a Distância (EaD) deve ser entendida como:

Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Moran (2002) a define como processo de ensino/aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente. É ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, sendo a internet atualmente a principal. Mas também podem ser utilizados os correios, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax dentre outras.

A EaD está amplamente submetida a uma série de regras e diretrizes. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, lei n. 9.394/96) é uma delas e reflete um período de debates sobre a questão da importância da formação continuada e trata da EaD em vários de seus artigos apontado a preocupação dos poderes públicos com esse quesito.

Além da LDBEN, tem-se:





- Decreto N.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Decreto N.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto N.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, e do Decreto N.º 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;
- Portaria N.º 1, de 10 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o calendário de avaliações do Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- Portaria N.º 40, de 13 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação;
- Portaria N.º 10, de 02 de julho de 2009, que fixa critérios para dispensa de avaliação *in loco* e dá outras providências.

Nesse contexto, foi explorado a visão dos autores Litto e Formiga (2012) que ainda descrevem outros documentos como relevantes para tratar da EaD no país. São eles:

- Decreto nº 6.320/2007;
- Decreto nº 7.480/2011;
- Instrumentos de avaliação do Inep para a modalidade EaD;
- Pareceres CNE/CES 195 e 197, de 13 de setembro de 2007;
- Referenciais de qualidade EaD, de 30 de agosto de 2007.

Dessa forma, tem-se o arcabouço legal brasileiro. No entanto, ele ainda reflete uma visão segmentada tratando, de uma maneira geral, educação a distância como uma alternativa para situações emergenciais. Essa visão reducionista não corresponde ao enorme potencial da educação a distância para democratizar o acesso e melhorar a qualidade da educação superior, além de contribuir para a incorporação de atitudes autônomas que levam o cidadão a aprender ao longo da vida. As normas mais recentes da educação a distância foram publicadas em 2010 e, desde então, o número de cursos nessa modalidade só vem crescendo. Portanto, é imprescindível a revisão dessa legislação.

Apesar disso, vários autores afirmam que entre as mais significativas transformações no campo da Educação está a Educação a Distância e sua viabilização como política pública.

Atualmente, verifica-se que, com o ensino a distância, a educação em nível de graduação e pós-graduação no Brasil, que era restrito a uma elite, está se expandindo de maneira veloz para uma grande camada da população. Na modalidade a distância, o aluno não precisa estar frequentando a sala de aula para aprender, visto que a presença do professor será feita por meio de um sistema que compreende material didático especialmente preparado, tutoria a distância no ambiente virtual dos cursos, entre diversos outros elementos utilizados há muitos anos por conceituadas universidades do mundo. (PEREIRA, 2007).





Neste contexto de Políticas Públicas, Hofling (2001), segundo Gobert e Muller (1987), entende “Políticas Públicas” como o “Estado em ação”. Assim, políticas públicas são os projetos de governo e seus programas de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Embora seja um conceito formulado em 1987 verifica-se que o mesmo é usado até hoje ao comparar, por exemplo, com o conceito dado por Amabile (2012, p.390) que a define como “decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade”.

A partir de tais conceitos, pode-se depreender que as políticas públicas configuram-se como a concretização da ação governamental e influenciam e são influenciadas por valores e ideais que orientam a relação entre Estado e sociedade.

Dentro dessa dinâmica, o Estado tem que atuar em diversas frentes. Uma delas visa conseguir diminuir os índices de pobreza e baixo desenvolvimento humano no Brasil. Para isso é fundamental o investimento na área da educação. Por isso, há várias políticas públicas nessa área.

Sendo assim, entende-se por políticas públicas educacionais, Hofling (2001): “Ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.”.

De acordo com Pretto (2006),

(...) No campo das políticas para a educação, a cultura, a ciência e a tecnologia, ainda estamos vendo propostas que não se articulam, como se cada ministério fosse responsável pela solução dos problemas brasileiros a partir de uma atuação isolada de cada área. Urge pensarmos o Brasil de forma mais global, coerente com o mundo contemporâneo (...)

Uma das possíveis soluções para a redução da desigualdade é o incentivo à Educação a Distância, por ser esta uma modalidade de ensino que possui um caráter democratizador do saber e do conhecimento quando apoiada por políticas públicas criadas com a finalidade de proporcionar meios adequados para que as pessoas menos favorecidas possam participar e terem acesso à educação, pois como a EaD requer recursos tecnológicos que não estão ao alcance das pessoas menos favorecidas economicamente.

Assim, HETKOWSKI; LIMA, 2002 apontam:

Avançar com políticas públicas de universalização e democratização da educação concomitantemente a inserção das políticas de inserção das Tecnologias da informação e comunicação nas escolas. (...) Pensar em Educação a Distância como prática estruturante, transformadora e portanto crítica, elemento de um projeto político social e portanto, local/regional/mundial como prioridade e possibilidade social, abrangendo os diversos níveis de ensino, discutindo a questão do financiamento e alocação dos recursos públicos. (não só compensatório, sucedâneo do presencial e que permite acesso, economia e rapidez, sob a ótica do mercado). HETKOWSKI; LIMA, 2002, p.14.

Segundo Waldow (2014), com a posse de Lula em 2003, há uma mudança suave nos quadros da política nacional já que o país sempre havia sido governado por representantes das elites. Assim, esse mesmo autor, Waldow (2014), considera que os programas e as políticas de governo de Lula e Dilma tinham um objetivo comum, ou seja, visavam à melhoria das condições da população menos privilegiada.

Segundo pesquisa Aguiar, Costa e Grossi (2013), os principais projetos e programas voltados para a Educação no Governo Lula somam 27. A saber:





- Plano de Desenvolvimento da Escola PDE Escola;
- Escola de Todos;
- Bolsa Família;
- PROEJA;
- PROJOVEM;
- Escola de Fábrica;
- TEC NEP;
- Mulheres Mil;
- Brasil Profissionalizado;
- E-Tec Brasil;
- REUNI;
- ProUNi;
- ProInfo;
- Telecurso 2000;
- Cultura Digital;
- Telecomunidade;
- Telecentros comunitários;
- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST);
- Tecendo o Saber;
- Rede Certific;
- Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (Renapi);
- DVD Escola;
- Programa Banda Larga nas escolas (PBLE);
- Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- Programa Portal do Professor;
- Programa um computador por aluno (PROUCA);
- SISTEC.

Dentro deste levantamento realizado pelos autores, apontaram como projetos e programas sem qualquer relação com a EaD:

- ✓ Escola de Todos;
- ✓ Bolsa Família;
- ✓ PROJOVEM;
- ✓ Escola de Fábrica;
- ✓ Programa TEC NEP;
- ✓ Mulheres Mil;
- ✓ REUNI;
- ✓ ProUNi;
- ✓ Rede Certic;
- ✓ Renapi;
- ✓ Programa Portal do Professor.

Nesta mesma linha, identificaram como projetos e programas que oferecem suporte para a realização de cursos na modalidade EaD:

- ✓ Programa de um Computador por aluno PROUCA;
- ✓ DVD Escola;





- ✓ Programa Banda Larga nas Escolas PBLE;
- ✓ FUST;
- ✓ Telecentros;
- ✓ SISTEC
- ✓ ProINfo.

Os projetos e programas que estão diretamente relacionados a EaD foram:

- ✓ PROEJA;
- ✓ E-Tec Brasil;
- ✓ Telecurso 2000;
- ✓ Cultura Digital;
- ✓ Tecendo o Saber;
- ✓ UAB.

Dentre os projetos e programas diretamente relacionados a EaD citados anteriormente, evidencia-se o “E-Tec Brasil”. Criado pelo Ministério da Educação teve como foco a oferta de cursos técnicos a distância, além da formação inicial e continuada de trabalhadores egressos do ensino médio ou da educação de jovens e adultos. O objetivo era expandir e democratizar a oferta de profissionalização ao interior do país e na periferia. Portanto, fez parte de uma política pública orientada pelas necessidades de desenvolvimento econômico e social do estado. Para tanto, tomou como guia as demandas dos trabalhadores por uma formação ampla e qualificada, as necessidades sociais, culturais e regionais de cada estado.

Em 2011, Dilma Rousseff assume a presidência da república, dando prosseguimento a forma de governo de Lula, investindo em políticas assistencialistas e em programas que visam à manutenção dos resultados obtidos desde 2003.

No governo Dilma foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) através da Lei 12.513/2011. Sua finalidade era ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por intermédio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Os objetivos do PRONATEC são:

- I- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

Segundo Waldow (2014):

O PRONATEC, enquanto programa de governo, envolve um conjunto de iniciativas que pretende expandir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós graduação; consolidar o Programa Brasil Profissionalizado, com o fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao Ensino Médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal; ofertar cursos a distância através da Rede e-TecBrasil; destinar cursos gratuitos no Serviços Nacionais de Aprendizagem, do Sistema S, à pessoas de baixa renda; financiar cursos em escolas privadas e do Sistema S; destinar Bolsas





Formação, com destino de material didático, auxílio transporte e auxílio alimentação aos estudantes.

Segundo dados do Ministério da Educação – MEC (2015), “de 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8,1 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de qualificação profissional, em mais de 4300 municípios.”

É interessante ressaltar que o “E-Tec Brasil” citado anteriormente passou a ser uma das cinco iniciativas que integram as ações do Pronatec. As outras iniciativas foram: expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; Programa Brasil Profissionalizado; Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem; e o Bolsa-Formação.

Além deste programa, destaca-se o “Ciência sem Fronteira” criado com o objetivo de levar os melhores estudantes brasileiros das áreas tecnológicas as melhores universidades do exterior. Vale ressaltar que, Segundo dados do Ministério da Educação – MEC (2015), as engenharias estão no núcleo das prioridades desse programa sendo a engenharia elétrica e mecânica as áreas dentro da engenharia com maior número de graduandos selecionados pelo programa. Nas demais áreas, destaca-se Ciência da Computação, Medicina, Biologia geral e geociências.

Os demais programas e projetos foram continuidade do Governo Lula.

3. Considerações finais

Como era esperado, por serem do mesmo partido político (Partido dos Trabalhadores - PT) e terem a mesma base aliada, percebe-se, no Governo Dilma, uma continuidade dos programas e projetos educacionais do Governo Lula como o Prouni.

No Quadro 1: Políticas Públicas Educacionais é possível verificar a afirmação acima através de uma breve comparação entre os dois governos. Nesse quadro, constata-se que os programas e projetos que dão suporte ou que têm relação direta com a EaD não sofreram nenhuma alteração com a mudança de governo.

Quadro 1: Políticas Públicas Educacionais

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCAÇÃO		
	LULA - 2003/2010	DILMA – 2011/2014
Sem relação com EaD	Escola de Todos, Bolsa Família, PROJOVEM, Escola de Fábrica, Programas TEC NEP, mulheres Mil, REUNI, ProUNI, Rede Certic, Renapi, Programa Portal do Professor e as políticas de formação humana na área de pesca	Manteve e ampliou os programas iniciados no governo Lula e criou outros: SISU, Fies Pronatec, Proinfância, criadas quatro novas universidades federais: UF Cariri (UFCA), UFSul Sudeste do Pará (Unifesspa), UF Oeste da Bahia (Ufob) e a UF Sul da Bahia (Ufesba), Programa Ciência Sem Fronteiras
Dão suporte a EaD	Programa um Computador por aluno (PROUCA), DVD Escola, Programa Banda larga nas Escolas (PBLE), FUST, os Telecentros, SISTEC, ProInfo.	SEM ALTERAÇÃO
Relação Direta EaD	PROEJA, e- Tec Brasil, Telecurso 2000, Cultura Digital, Tecendo o Saber, Universidade Aberta do Brasil (UAB)	SEM ALTERAÇÃO

Fonte: Elaboração dos autores.



Os grandes destaques no Governo Dilma em políticas educacionais são o Pronatec e o Ciência sem Fronteiras.

A EaD não aparece nos discursos do Governo Dilma e que as políticas voltadas para essa modalidade de ensino estão voltadas apenas para o Ensino Superior contrariando as expectativas do próprio Decreto que a institui.

Apesar disso, de acordo com o Censo, 2013, houve um crescimento na modalidade da Educação a Distância. Em 2003, Governo Lula, a EaD era inexpressiva no país. Em 2007 começa a crescer significativamente chegando em 2012, Governo Dilma, com valores superiores a 15% das matrículas da graduação.

A mudança de Programas de governo para Planos Nacionais de Educação é uma tentativa de instituir Políticas de Estado. Contudo, o futuro apresenta-se incerto mediante a crise econômica e política mundial.

Ainda que, no primeiro mandato do governo Dilma nenhum programa tenha sido retirado ou acrescido aos 6 relacionados a EaD acima listados, o que poderia caracterizar a EaD como um projeto desse governo sem significar sua perenidade, a sua inserção no Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 nos indica um avanço em termo de sua consolidação como uma política pública educacional, nos termos de Höfling (2001):

Ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico direção à criação de uma política de Estado.

Por tudo quanto exposto até o momento entende-se que o governo acredita e investe não só na EaD, como também em instrumentalizar as escolas com as ferramentas, computadores e demais insumos, necessários ao seu desenvolvimento e manutenção. Obviamente que a aquisição desse tipo de equipamento abre um leque enorme de possibilidades além da EaD, abre a porta para o que, nesse trabalho será nomeado como as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC's, por ser o termo mais atual. Contudo, nos documentos governamentais ainda é usado o termo Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, somente.

Referências

AMABILE, A. E. N. Políticas Públicas. CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; AMABILE, A. E. N. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: Ed. UEMG, 2012. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/13076>. Acesso em: 9 set. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p.: il Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/portal/download/1362>. Acesso em: 26 set. 2015.

BRASIL, MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional** – Lei 9394/96. Brasília: MEC, 20 de dezembro de 1996.





BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da educação superior 2013**: divulgação dos principais resultados do censo da educação superior 2013. Brasília, 2013. Disponível em:
http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2013/divulgacao_censo_2013.pdf > Acesso em: 19 de agosto de 2015.

GROSSI, Márcia Goret Ribeiro; COSTA, José Wilson; AGUIAR, Sabrina Ferreira. **Como a Educação a Distância se fez presente nas políticas públicas educacionais brasileiras no Governo Lula**. Revista Aprendizagem em EAD, Taguatinga, v. 1, outubro de 2012.

MORAN, Jose Manuel. **Novos caminhos do ensino a distância**. CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI: Rio de Janeiro, 2002.

PEREIRA, José Matias (Brasil). **EAD como forma de inclusão no Brasil**. Disponível em:
<http://www.portalfarmacia.com.br/educacao/principal/conteudo.asp?id=2830> Acesso em:
21 de outubro de 2015.

PRETTO, Nelson de Luca. **Políticas Públicas Educacionais no Mundo Contemporâneo**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 8-21, mar. 2006.

WALDOW, Carmem. **As políticas educacionais do governo Dilma, a formação para o trabalho e a questão do Pronatec: reflexões iniciais**. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

